



**Regulamento Municipal da
Feira de Antiguidades e Velharias
de Almeirim**

Preâmbulo

A Câmara Municipal de Almeirim pretende promover as velharias e antiguidades, por serem elementos representativos do passado, mais ou menos recente, cuja preservação e salvaguarda têm vindo a agregar um maior número de interessados.

A organização da Feira de Antiguidades e Velharias de Almeirim tem como finalidade promover junto da população o interesse pelos testemunhos do passado, incentivar o colecionismo e aumentar a oferta cultural do município.

Com esse objetivo, importa ordenar e disciplinar a realização de tal feira, quer quanto à sua localização, quer quanto à sua periodicidade e aos produtos oferecidos.

Face ao exposto, e no uso das atribuições conferidas ao Município nos termos do art.º 33º, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo por base o disposto no art.º 241º da Constituição da República Portuguesa, a Câmara Municipal de Almeirim, decorrido o período de discussão pública, foi aprovado em Assembleia Municipal Ordinária em nove de setembro de dois mil e dezanove, o Regulamento Municipal da Feira de Antiguidades e Velharias de Almeirim, nos seguintes termos:

Artigo 1.º

(Objeto e Âmbito)

1. A Feira de Antiguidades e Velharias de Almeirim (adiante Feira) é organizada e gerida pela Câmara Municipal de Almeirim, podendo a referida competência ser delegada no Presidente com a faculdade de subdelegação num Vereador.
2. O presente regulamento destina-se a estabelecer as normas de gestão e funcionamento da respetiva Feira, bem como a definir o procedimento da atribuição de lugares.
3. A Feira destina-se à venda de velharias, antiguidades e artigos colecionáveis, a saber: selos, postais, moedas, relógios, discos, livros, artigos de ourivesaria, brinquedos, porcelanas, móveis, artigos decorativos, tapeçarias e outros objetos de valor histórico e cultural.
4. Mediante proposta apresentada pelo feirante e devidamente fundamentada, a Câmara Municipal poderá autorizar a venda de outros produtos, ressalvando-se o constante no presente Regulamento quanto aos artigos interditos.

Artigo 2.º

(Periodicidade e localização)

1. A Feira de Antiguidades e Velharias de Almeirim realiza-se todos os meses, no terceiro domingo de cada mês, no Parque das Tílias em Almeirim ou em local alternativo, a designar pela Câmara Municipal de Almeirim.
2. O funcionamento da feira decorrerá nos seguintes períodos:
 - a. Abertura ao público 08h00;
 - b. Encerramento ao público 17h00.
3. A Câmara Municipal poderá alterar o horário previsto no número anterior.
4. A Câmara Municipal pode suspender a realização da Feira de Antiguidades e Velharias de Almeirim por motivos de realização de obras no local, realização de eventos promovidos pela Câmara ou em sua parceria, ou ainda noutros casos devidamente fundamentados.
5. A Câmara Municipal dará conhecimento aos interessados da suspensão da feira assim que tenha conhecimento das causas que a determinem, divulgando essa informação no seu sítio da internet e através da afixação de editais nos lugares de estilo.

Artigo 3.º

(Lugares)

1. A atribuição de lugares é feita aleatoriamente e é competência do Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação nos vereadores;
2. A ocupação dos espaços pelos vendedores será pessoal, a título precário, por feira e limitada ao período de funcionamento, e condicionada aos termos do presente regulamento e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 4.º

(Candidaturas)

1. As candidaturas para atribuição de lugar na feira devem ser apresentadas em formulário próprio dirigido ao Presidente da Câmara ou ao Vereador com competência delegada.
2. O formulário será acompanhado com os seguintes documentos:
 - a. Comprovativo de ter efetuado a Mera Comunicação Prévia de Feirante à DGAE;
 - b. Comprovativo de morada;
 - c. Declaração de início de atividade económica nas Finanças;

d. Documento comprovativo em como tem a sua situação regularizada perante a Administração Fiscal e a Segurança Social;

3. A participação na Feira de Antiguidades e Velharias de Almeirim implica o pagamento prévio das taxas devidas ao Município de Almeirim.

4. Compete à Câmara Municipal, com a faculdade delegação no Presidente da Câmara e este, no Vereador com competência delegada, a aceitação da participação na feira, podendo ser recusada qualquer inscrição que não se enquadre nos objetivos da Feira ou que por qualquer motivo fundamentado seja considerada prejudicial.

5. A inscrição na Feira pressupõe a aceitação integral das cláusulas do presente Regulamento.

Artigo 5.º

(Renúncia)

1. O titular do direito ao espaço de venda pode renunciar a ele, devendo para o efeito comunicar o facto por escrito à Câmara Municipal de Almeirim com a antecedência mínima de um mês.

2. A renúncia implica a perda total das quantias pagas a título de taxa pela atribuição do espaço de venda.

Artigo 6.º

(Deveres dos participantes)

1. O descarregamento de material e montagem da banca devem fazer-se na hora imediatamente anterior à abertura da Feira de Antiguidades e Velharias de Almeirim.

2. A desmontagem da banca e o carregamento de material devem fazer-se na hora imediatamente posterior ao encerramento da Feira de Antiguidades e Velharias de Almeirim.

3. Ficam ainda obrigados a:

a. Manter o espaço de venda limpo e arrumado;

b. Todo o material destinado à venda e respetiva arrumação ou depósito deverá ser mantido em rigoroso estado de asseio e higiene;

c. Pagar as taxas devidas à Câmara Municipal no prazo estipulado pela mesma e apresentar o comprovativo de pagamento;

d. Ser portador, durante a feira, dos documentos válidos e apresentá-los para consulta aos representantes da Câmara Municipal de Almeirim, ou de quaisquer entidades fiscalizadoras, sempre que solicitados;

e. Uso de cortesia no trato com os clientes e frequentadores do recinto e com os agentes da entidade gestora e de autoridade;

f. Dar conhecimento imediato de qualquer anomalia detetada ou dano verificado aos agentes da entidade gestora.

4. São proibidas as práticas comerciais desleais, enganosas ou agressivas, nos termos da legislação em vigor.

5. Os bens com defeito devem estar devidamente identificados e separados dos restantes bens de modo a serem facilmente reconhecidos pelos consumidores.

6. As viaturas utilizadas pelos vendedores, para o transporte das bancas e dos objetos e velharias destinados à venda, deverão ser retiradas das imediações do recinto da feira antes desta se iniciar.

Artigo 7.º

(Pagamento de Taxas)

1. Antes da realização de cada feira, pela ocupação de lugar com a atividade de comércio a retalho não sedentária é paga mensalmente a taxa devida, de valor correspondente a 50% da taxa prevista no Quadro XLVII da Tabela de Taxas do Município de Almeirim, respeitante a Feiras Temáticas.

2. O não pagamento das taxas implica a interdição do lugar, até prova do cumprimento desta obrigação, pela apresentação do respetivo recibo.

3. A não ocupação do espaço atribuído implica o pagamento do mesmo.

4. Perde o direito ao lugar, por falta, no mesmo ano, a três mercados consecutivos ou três interpolados, sem prejuízo de motivo atendível, devidamente justificado pelo titular.

5. A Câmara Municipal, poderá atualizar anualmente os montantes da tabela de taxas.

Artigo 8º

(Produtos Interditos)

1. A venda de produtos não autorizados, ou legalmente proibidos, implica a perda do direito de ocupação.

2. São proibidos os seguintes produtos indicados:

a. Bens de alimentação, incluindo os que se destinam a alimentação animal;

b. Medicamentos e especialidades farmacêuticas;

c. Combustíveis líquidos, sólidos e gasosos;

d. Artigos de oculista, incluindo óculos de sol não graduados;

e. Armas e munições, pólvora e quaisquer outros materiais explosivos ou detonantes;

f. Moedas e notas de Banco, com exceção das que, por legislação aplicável, sejam considerados bens de colecionismo;

g. Todos cuja venda em Feiras esteja interdita pela lei.

3. Não é permitida a utilização de qualquer tipo de aparelhagens sonoras e/ou megafones por parte dos ocupantes dos lugares de venda.

4. Não é permitida a apresentação de mercadorias cuja natureza perturbe os outros expositores ou visitantes, ou que sejam suscetíveis de deteriorar as estruturas existentes.

Artigo 9º

(Incumprimento e Sanções)

1. Compete à Câmara Municipal de Almeirim zelar pelo cumprimento deste regulamento.
2. As infrações às disposições do presente regulamento constituem contraordenações puníveis pelo Presidente da Câmara, com coima de 100€ a 250€ ou a 500€, consoante se trate, respetivamente de pessoa singular ou coletiva.
3. Sem prejuízo nas disposições legais aplicáveis, serão punidos pelos seguintes fatores:
 - a. Pela violação do artigo 6.º e do artigo 8.º deste regulamento;
 - b. Pela ocupação de um lugar de venda não atribuído ou cuja atribuição tenha caducado ou tenha sido revogada;
 - c. Pelo exercício de venda fora de um lugar de venda, dentro ou fora área da feira;
 - d. Pelo exercício de venda fora do horário fixado;
 - e. Por obstrução à ação da fiscalização, nomeadamente oposição, ação ou omissão, à verificação e inspeção dos lugares de venda, utensílios, materiais e produtos relativos a estes, sem prejuízo de responsabilidade penal dos infratores.

Artigo 10.º

(Integração e lacunas e interpretação)

1. Em tudo o que não estiver previsto no presente regulamento, regem as disposições legais aplicáveis.
2. As dúvidas suscitadas na interpretação deste regulamento e a resolução de casos omissos são resolvidos, por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim.

Artigo 11.º

(Divulgação)

1. A divulgação da Feira de Antiguidades e Velharias de Almeirim será efetuada pela Câmara Municipal de Almeirim.
2. A Câmara Municipal de Almeirim, poderá mandar reproduzir, fotografar ou filmar os artigos expostos e utilizar as respetivas reproduções para fins exclusivamente relacionados com a sua atividade.

Artigo 12.º

(Casos de Força Maior)

Se quaisquer acontecimentos imprevistos ou casos de força maior, independentemente da responsabilidade da Câmara Municipal de Almeirim, obstarem à abertura da feira, atrasarem a sua realização ou obrigarem a alterações do seu regulamento, não haverá direito ao pedido de qualquer indemnização, nem ao reembolso das importâncias já pagas.

Artigo 13.º

(Entrada em Vigor)

O presente regulamento, ou qualquer das alterações que lhe venham a ser feitas, entra em vigor prazo de quinze dias após a sua publicação em Diário da República.